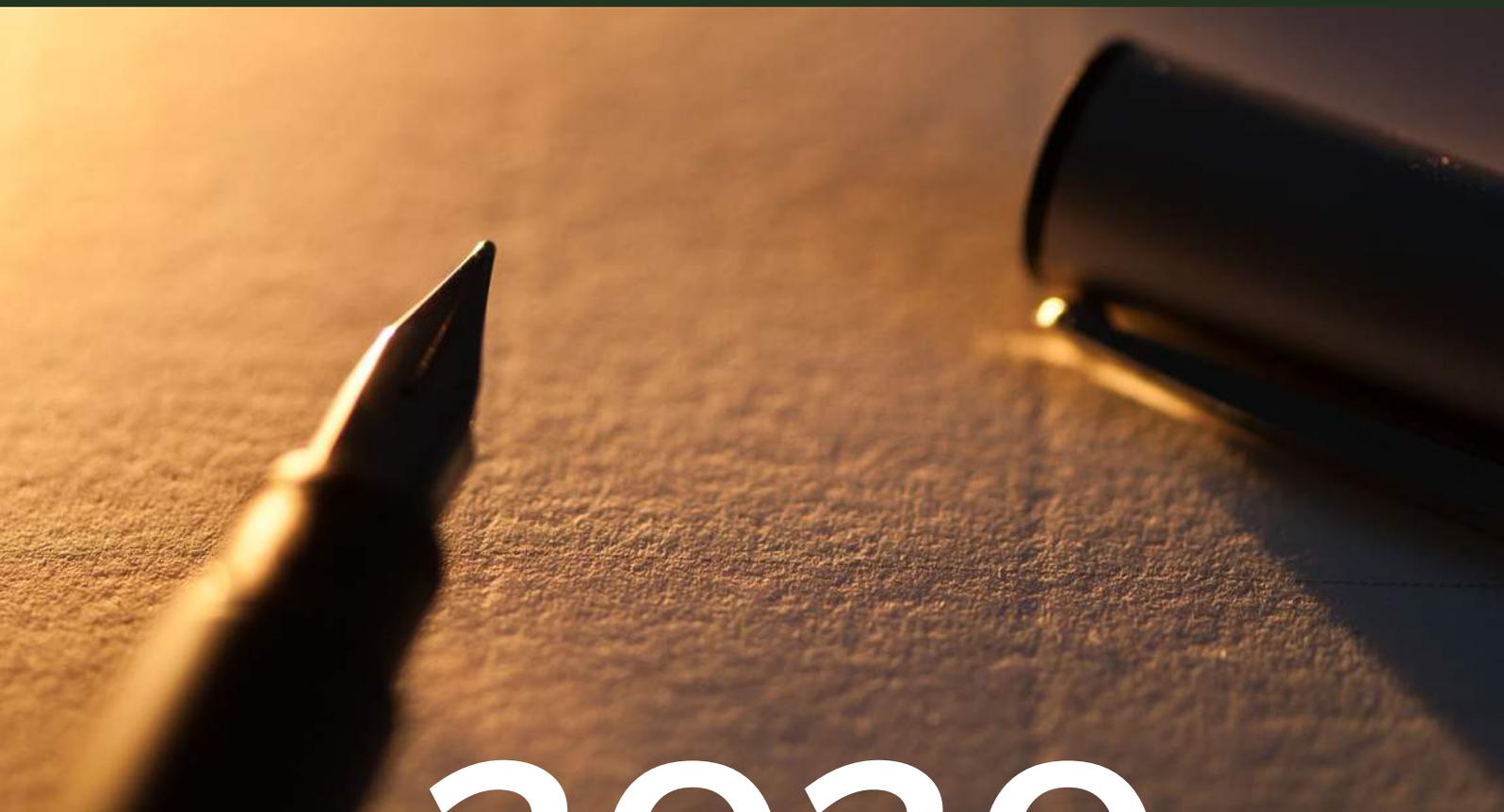


# RELATÓRIO DE ATIVIDADES



2020

## MENSAGEM

O ano de 2020 exigiu de todos muita resiliência para mudar os planos e adaptar as rotinas em função da pandemia. Na Controladoria-Geral do Estado, concentramos grande parte de nossos esforços em atividades de assessoramento e análise de contratos e aquisições referentes à COVID-19.

O contexto foi desafiador para um órgão ainda em consolidação e com uma equipe enxuta. Por outro lado, foi uma oportunidade para mostrar a todos que o controle interno, a transparência e a correição são fundamentais para a eficiência da gestão pública.

As páginas a seguir trazem o relatório do órgão central do Controle Interno e de Ouvidoria do Poder Executivo e um resumo de nossas atividades em 2020. É o retrato de um ano difícil, mas de muito aprendizado.

Boa leitura.

**Cristiano Socas da Silva**  
**CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO**

**Marisa Zikan da Silva**  
**CONTROLADORA-GERAL**  
**ADJUNTA DO ESTADO**

**GOVERNADOR DO ESTADO**

Carlos Moisés da Silva

**VICE-GOVERNADORA DO ESTADO**

Daniela Cristina Reinehr

**CONTROLADOR-GERAL DO ESTADO**

Cristiano Socas da Silva

**CONTROLADORA-GERAL ADJUNTA DO ESTADO**

Marisa Zikan da Silva

**AUDITOR-GERAL DO ESTADO**

Rodrigo Stigger Dutra

**CORREGEDOR-GERAL DO ESTADO**

Cícero Alessandro Barbosa

**OUVIDORA-GERAL DO ESTADO**

Luciana Bernieri Pereira

**Equipe Responsável pela Elaboração**

**Maria Eliane Silva Furlan**

Gerente de Auditoria de Contas e Programas de Governo

**Josane Mara Maciel**

Auditora Interna do Poder Executivo

**Leatrice Lima**

Auditora Interna do Poder Executivo

**Magali Geovana R.Campelli**

Auditora Interna do Poder Executivo

**Guilherme Kraus dos Santos**

Assessor de Gabinete

**Cléia Schmitz**

Assessora de Comunicação

# A CGE

A Controladoria-Geral do Estado de Santa Catarina foi criada pela Lei Complementar nº 741, de 12 de junho de 2019. É o órgão central do Sistema Administrativo de Controle Interno e de Ouvidoria do Poder Executivo. Subordinada diretamente ao Governador do Estado, tem a função de assessorá-lo na defesa do patrimônio público. O órgão:

- **controla e avalia gastos e políticas públicas;**
- **promove a correição;**
- **combate a corrupção;**
- **fomenta a transparência ;**
- **promove a participação social.**

## ÁREAS DE ATUAÇÃO

---

### AUDITORIA-GERAL DO ESTADO

Avalia a eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança para garantir a correta e eficiente aplicação dos recursos públicos.

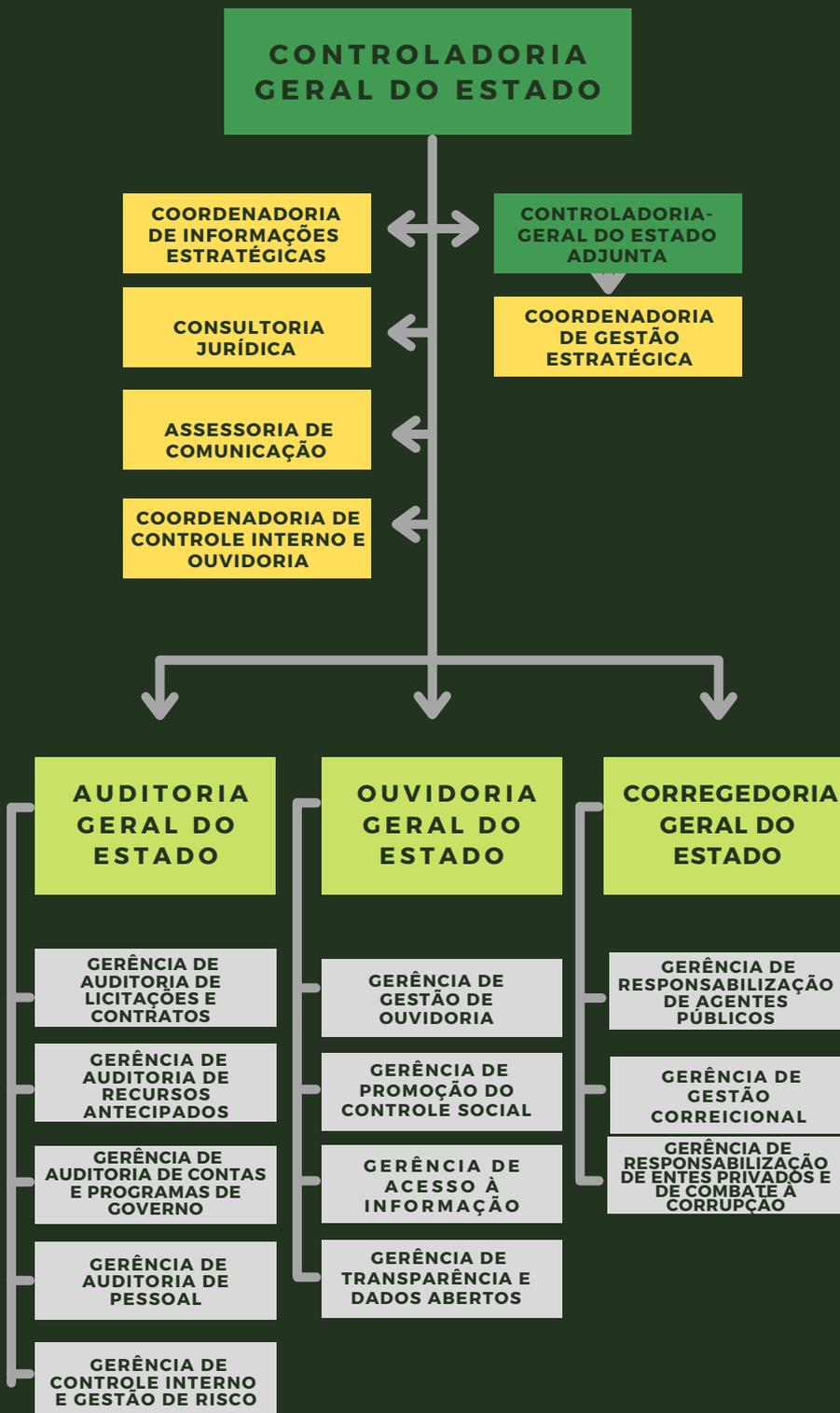
### OUVIDORIA-GERAL DO ESTADO

Promove a transparência, criando condições para a participação do cidadão e o exercício do controle social. É uma fonte de informação para o gestor.

### CORREGEDORIA-GERAL DO ESTADO

Sistematiza, normatiza, supervisiona, padroniza, fiscaliza e orienta as atividades de correição e de combate à corrupção nos órgãos do Executivo.

# ESTRUTURA



## EQUIPE

81

TOTAL DE SERVIDORES

49

SÃO AUDITORES INTERNOS

GABINETE	7
COORDENADORIAS	11
AUDITORIA-GERAL	40
OUVIDORIA-GERAL	11
CORREGEDORIA-GERAL	12

## AUDITORIA EM NÚMEROS

Os trabalhos realizados pela área de Auditoria da CGE em 2020 resultaram em cerca de **R\$ 65 milhões** em benefícios financeiros e potenciais aos cofres públicos.



### BENEFÍCIOS FINANCEIROS E POTENCIAIS AOS COFRES PÚBLICOS <sup>4</sup>

1.Despesas evitadas: valores que deixam de ser desembolsados pelo Governo por conta de recomendações e outras ações da Auditoria/CGE.

2.Benefícios Potenciais: decorrentes de recomendação da Auditoria/CGE cujo cumprimento ainda não foi verificado ou está pendente de providência do órgão auditado ou de terceiros, para que o resultado se concretize.

3.Recursos a serem devolvidos: créditos apurados em trabalhos da Auditoria/CGE, que estão para ser ressarcidos.

4.Benefícios Financeiros e Potenciais: soma dos itens acima.

# AUDITORIA EM NÚMEROS

A seguir, destacamos os trabalhos de auditoria que mais contribuíram em benefícios financeiros e potenciais para os cofres públicos.

1

## AUDITORIA DA FOLHA

Do total de R\$ 64,9 milhões em benefícios financeiros e potenciais em 2020, a auditoria mensal da prévia da folha de pagamento do Governo do Estado foi responsável por R\$ 34,8 milhões.

Importante: mais de **R\$ 30 milhões é de desembolso evitado**, ou seja, recursos que nem saíram do caixa do Governo porque foram identificados antes do pagamento por meio de auditoria prévia.

R\$  
**34,8**  
milhões

BENEFÍCIOS FINANCEIROS E POTENCIAIS

# AUDITORIA EM NÚMEROS

2

## AUDITORIA COVID-19

A CGE concentrou esforços em 2020 na análise e no assessoramento de compras e contratações ligadas ao enfrentamento da pandemia de COVID-19. A soma de recursos já economizados e de recursos que podem ser evitados a partir de recomendações feitas pela Auditoria-Geral do Estado é de R\$ 18,1 milhões.

R\$  
**18,1**  
milhões

### BENEFÍCIOS FINANCEIROS E POTENCIAIS

Os trabalhos foram realizados em três frentes:

- ✓ Consultoria mediante análises prévias em 42 processos de compras diretas que, juntos, somam **R\$ 350 milhões;**
- ✓ Avaliação de 27 processos com dispensa de licitação realizados pela SES e SAP entre março e abril, envolvendo quase **R\$ 42 milhões.** A partir das análises, foram feitas **9 recomendações de Auditoria** solicitando providências e informações sobre os processos auditados.
- ✓ Avaliação para verificação e aperfeiçoamento de **controles internos** na SES e na SEA com base nas análises prévias.

## AUDITORIA EM NÚMEROS

3

### TOMADA DE CONTAS ESPECIAL

Tomada de Contas Especial (TCE) é um processo administrativo instaurado para apurar a responsabilidade por ocorrência de dano aos cofres públicos. O objetivo final é o ressarcimento. Em 2020, os benefícios potenciais com TCE somaram R\$ 7,9 milhões.

R\$  
**7,9**  
milhões

BENEFÍCIOS POTENCIAIS

4

### ISENÇÃO DE TAXAS E TARIFAS

A Auditoria-Geral do Estado evitou um desembolso de R\$ 3,4 milhões para o Governo por meio de uma parceria feita com o Banco do Brasil para isenção de taxas e tarifas bancárias para as contas correntes abertas por terceiros para recebimento de transferências voluntárias, além de outros benefícios,

R\$  
**3,4**  
milhões

DESEMBOLSO EVITADO

# AUDITORIA EM NÚMEROS

## 5 OPERAÇÃO CICLONE BOMBA

Em junho de 2020, Santa Catarina foi atingida por um ciclone extratropical. A CGE fez uma operação para inspecionar as obras de reforma nas escolas danificadas. Foram emitidas 11 informações às secretarias de Infraestrutura e de Educação para orientar as contratações. O benefício potencial é de R\$ 500 mil.

R\$  
**500**  
mil

**BENEFÍCIO POTENCIAL**

**25**

**ESCOLAS  
INSPECIONADAS**

R\$  
**3,5**  
milhões

**ORÇAMENTO DAS OBRAS  
INSPECIONADAS**

### ORIENTAÇÃO

Para acompanhamento e controle das despesas relacionadas ao ciclone, a CGE elaborou uma orientação técnica sobre os procedimentos a serem adotados por todos os órgãos nas aquisições e contratações. Um painel de inteligência foi criado para monitorar a emissão das notas de empenho com o objetivo de assegurar a transparência e a fidedignidade das informações no Portal da Transparência. A CGE também elaborou um manual e promoveu web-aulas para orientar equipes da Defesa Civil e da Educação a utilizar os painéis.

## AUDITORIAS

### SCPAR

Avaliação da legalidade, legitimidade e economicidade em contratações diretas realizadas pela SCPAR Porto de São Francisco do Sul em 2019 e 2020.

### UNIEDU

Avaliação dos procedimentos de concessão de bolsas de estudo de graduação em cumprimento ao art. 170 da Constituição Estadual.

### IMAS

Avaliação da execução de contrato de gestão com o Instituto Maria Schmitt (IMAS) para aferir a regularidade nas contratações realizadas pela OS e propor eventuais melhorias no modelo adotado.

### SEGURANÇA

Avaliação do modelo de ajuda de custo adotado pelo Estado junto à Polícia Militar, Polícia Civil, Secretaria de Administração Prisional e Corpo de Bombeiros.

### SAPIENS

Avaliação das transações de doação em pagamentos de terrenos no Sapiens Parque.



## ATENDIMENTO AO CIDADÃO

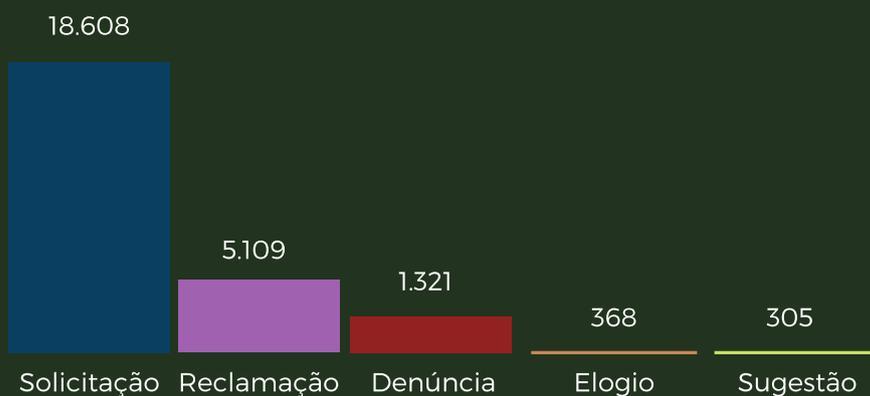
**25,7**  
mil

MANIFESTAÇÕES  
DE OUVIDORIA

**12,3**  
dias

TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA

### NATUREZA DAS MANIFESTAÇÕES



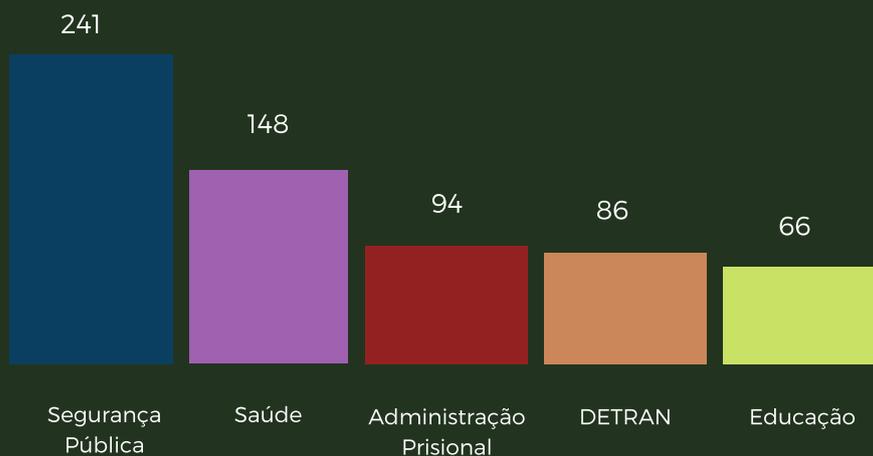
As manifestações de ouvidoria estão previstas na Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços público. Em Santa Catarina, as manifestações são encaminhadas por meio do Sistema de Ouvidoria.

# ATENDIMENTO AO CIDADÃO

## 5 ASSUNTOS MAIS FREQUENTES



## ÁREAS MAIS SOLICITADAS



# ACESSO À INFORMAÇÃO

**1.928**

PEDIDOS VIA LEI DE  
ACESSO À INFORMAÇÃO

**7,5  
dias**

TEMPO MÉDIO DE RESPOSTA

## 5 ASSUNTOS MAIS FREQUENTES



Os pedidos de informação pública estão previstos na Lei nº 12.527/2011, conhecida como LAI. Em Santa Catarina, as solicitações são feitas via Ouvidoria-Geral por meio do Sistema de Ouvidoria (e-SIC).

## TRANSPARÊNCIA

**400  
mil**

**ACESSOS AO PORTAL  
WWW.TRANSPARENCIA.SC.GOV.BR**

O Portal da Transparência reúne informações de receitas e despesas do Governo do Estado, permitindo à sociedade acompanhar a arrecadação e a aplicação dos recursos de forma detalhada.

**50  
mil**

**ACESSOS AO PORTAL  
WWW.TRANSPARENCIACOVID19.SC.GOV.BR**

Criado para facilitar a transparência dos gastos relativos ao enfrentamento da Covid19, o site entrou no ar em abril. Uma Instrução Normativa foi elaborada para padronizar os registros de aquisições e contratos com o objetivo de aprimorar a transparência e o controle interno da gestão.

# TRANSPARÊNCIA

## TRANSPARÊNCIA CICLONE BOMBA

A CGE criou no Portal da Transparência um painel específico das despesas com a recuperação dos prejuízos provocados pelo ciclone bomba. O objetivo é facilitar a consulta por parte da sociedade, ampliando o controle social.

## TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS

Reformulação com o objetivo de aperfeiçoar e modernizar o Portal [www.sctransferencias.sc.gov.br](http://www.sctransferencias.sc.gov.br). O canal consolida todas as informações e orientações sobre as transferências de recursos realizadas de forma voluntária pelo Governo do Estado. Entre outros serviços, o site promove a transparência da prestação de contas dos repasses feitos à Prefeituras e entidades por meio de convênios e outros instrumentos.

**9.176**

## VISITANTES ÚNICOS AO DART

DART é o Demonstrativo de Atendimento aos Requisitos para Transferências. Disponível no Portal SC Transferências, a consulta foi utilizada por 9.176 visitantes únicos que realizaram mais de 65 mil visitas ao sistema de transferências.

## DADOS ABERTOS

**125  
mil**

ACESSOS AO PORTAL  
[WWW.DADOS.SC.GOV.BR](http://WWW.DADOS.SC.GOV.BR)

**102**

CONJUNTOS DE DADOS  
DE 25 ÓRGÃOS

**25**

ÓRGÃOS DISPONIBILIZAM DADOS

Criado em 2019, o Portal de Dados Abertos do Estado de Santa Catarina é a plataforma oficial de publicação de dados governamentais em formato aberto. O objetivo da ferramenta é possibilitar à sociedade a reutilização de dados, ampliando a transparência e o controle social.

## CONTROLE SOCIAL

### GOVERNO ABERTO

O ano de 2020 marcou o ingresso do Estado de Santa Catarina na Parceria de Governo Aberto (OGP). A instituição internacional reúne governos e líderes da sociedade civil de todo o mundo para criar gestões públicas mais transparentes, inclusivas e participativas. Santa Catarina é o primeiro estado brasileiro a integrar a OGP. O processo de candidatura foi feito pela CGE com o apoio da Secretaria Executiva de Articulação Nacional e da Secretaria Executiva de Integridade e Governança. Houve ainda o endosso do Observatório Social de Santa Catarina e do Grupo de Pesquisa Politeia da Udesc Esag.

### ESTUDANTES DE ATITUDE

O Estado de Santa Catarina aderiu à Edição 2021 do Projeto Estudantes de Atitude. Criado pela União, ele promove a cidadania entre alunos de escolas públicas do Ensino Fundamental (últimos anos) e do Ensino Médio.

### SEMANA DA TRANSPARÊNCIA

A CGE promoveu em parceria com as prefeituras de Blumenau e Navegantes a Semana Integrada da Transparência e do Combate à Corrupção. Em três dias, mais de 500 pessoas assistiram às seis palestras com especialistas transmitidas via Youtube.

# COMBATE À CORRUPÇÃO

## LEGISLAÇÃO

O Governo de Santa Catarina atualizou seu decreto anticorrupção, norma que dispõe sobre instrumentos de apuração de atos lesivos à Administração Pública praticados por empresas contratadas pelo Estado. O objetivo foi conferir segurança jurídica às decisões proferidas nos Processos Administrativos de Responsabilização (PARs), além de convergir o trabalho estadual de combate à corrupção com as melhores práticas exercidas no país.

## RESPONSABILIZAÇÃO

A Corregedoria-Geral instaurou em 2020 o primeiro Processo Administrativo de Responsabilização (PAR) do Estado de Santa Catarina. A responsabilização de pessoas jurídicas é um instrumento criado para combater a corrupção praticada por empresas envolvidas em atos ilícitos, como fraudes em licitações e contratos, corrupção de agentes e obstrução à fiscalização.

## COOPERAÇÃO

Assinatura de Acordo de Cooperação com a Polícia Civil para realização de operações conjuntas de auditoria, investigação e inteligência.

## SUSPENSÃO

Registro de 18 empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e de Empresas Punidas (CNEP), gerenciado pela CGU.

# CORREIÇÃO

## OPERAÇÃO ALCATRAZ<sup>1</sup>

**6**

**PROCESSOS  
DISCIPLINARES**

**3**

**COMISSÕES  
PROCESSANTES**

1. Operação deflagrada em 2019 pela Polícia Federal e para investigar supostas fraudes em licitações, desvio de dinheiro e superfaturamento de contratos no ramo de tecnologia firmados com órgãos do Governo do Estado

## INVESTIGAÇÃO PRELIMINAR

- **Operação Oxigênio**

Conclusão de investigação preliminar para apurar indícios de irregularidades por empresas e agentes públicos na aquisição de respiradores hospitalares no valor de R\$ 33 milhões. Os relatórios foram entregues ao MPSC, à Alesc e à Secretaria da Saúde para instauração de processos administrativos disciplinares (PADs) e de responsabilização de empresas (PARs). Além disso, foi entregue ao Tribunal de Contas do Estado (TCE).

- **Operação Cascalheira (SC-114)**

Conclusão de investigação preliminar sobre o escorregamento de parte da Rodovia SC-114 cerca de um mês após entrega da obra devido à inobservância do projeto. O relatório foi encaminhado ao MPSC e à Secretaria de Infraestrutura para providências.

- **Pontes Colombo Salles e Pedro Ivo**

Investigação preliminar para apurar denúncia sobre possíveis irregularidades na contratação emergencial de serviços e projetos de reforço e recuperação dos blocos de fundação das pontes.

# INOVAÇÃO

## CGE PAD

Desenvolvimento do CGE-PAD, sistema de monitoramento dos processos administrativos disciplinares (PAD) e de sindicâncias dos órgãos e entidades do Estado. O CGE-PAD utiliza o código aberto do CGU-PAD e foi customizado pela Corregedoria. Um projeto piloto foi implantado nas secretarias de Infraestrutura e da Educação.

## MONITORAMENTO TCE

Desenvolvimento do SISTCE, sistema que monitora as Tomadas de Contas Especial, processos administrativos instaurados para apurar a responsabilidade por ocorrência de dano aos cofres públicos. O sistema é alimentado pelos Controles Internos de todos os órgãos do Estado e tem o objetivo de melhorar a qualidade da informação e aumentar a eficiência do ressarcimento dos recursos.

## PAINÉIS DE INTELIGÊNCIA

Disponibilização de painéis de inteligência para controle e acompanhamento das despesas relacionadas à pandemia e à recuperação dos estragos provocados pelo ciclone bomba.

Disponibilização para 13 órgãos de painéis de inteligência para aperfeiçoar a prestação de contas de recursos repassados de forma antecipada pelo Governo por meio de convênios, termos de fomento e de colaboração e instrumentos congêneres, além de adiantamentos, diárias e cartões de pagamento.

# ORIENTAÇÃO

## ASSESSORIA COVID19

Análises prévias em contratos de aquisição relacionados à pandemia com valores superiores a R\$ 176 mil, conforme determinação do TCE. A CGE recebe o processo e faz análise da documentação. Em seguida, orienta acerca dos documentos que devem fazer parte da instrução processual e sobre os possíveis riscos identificados no processo.

## ORIENTAÇÕES TÉCNICAS COVID19 E CICLONE

Elaboração de documentos orientativos acerca dos procedimentos a serem adotados nas aquisições e contratações diretas para enfrentamento da pandemia e também dos danos provocados e edificações do Estado pelo ciclone bomba.

## GUIA CORREIÇÃO

Elaboração do Guia de Procedimentos Correicionais: com o objetivo de prestar orientação aos gestores públicos acerca da importância da correição, sua função e, principalmente, sua finalidade como instrumento de combate à corrupção.

## PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

Promoção de palestras on-line com especialista em procedimentos disciplinares e correição com o objetivo de capacitar servidores do Estado que atuam em comissões de PAD.

IN CGE

# ORIENTAÇÃO

6

## INSTRUÇÕES NORMATIVAS

INs estabelecem diretrizes, normatizam métodos e procedimentos e regulamentam matéria anteriormente disciplinada para orientar agentes e servidores públicos no desempenho de suas atribuições.

### ASSUNTOS ABORDADOS

- Procedimentos de aquisições relacionadas à COVID-19
- Padronização de registros referentes à despesas relacionadas à COVID-19
- Padronização de registros referentes à despesas relacionadas ao Ciclone
- Inclusão de cláusula anticorrupção nos contratos e editais de licitação da administração direta e indireta
- Procedimentos para fins de instrução de processos de aposentadoria, de averbação e de certificação de tempo de contribuição
- Aprovação do Manual de Orientações Técnicas da atividade de Auditoria Interna

6

## ORIENTAÇÕES TÉCNICAS

Orientam agentes públicos sem caráter de norma.

### ASSUNTOS ABORDADOS

- Manifestações de Ouvidoria, Investigação Preliminar, Prestação de Contas 2020, Sistemas Administrativos do Estado, Consultas à CGE, COVID-19, Ciclone.

# ORIENTAÇÃO

13

## ANÁLISES DE ATOS NORMATIVOS

Uma das atividades de apoio da CGE à administração pública estadual é a análise de atos normativos. Em 2020, foram analisados 13 atos com os temas:

- Auxílio emergencial para o setor cultural;
- Incentivos fiscais para projetos culturais;
- Regras para o início de novas obras públicas;
- Emendas impositivas à municípios em estado de emergência ou de calamidade pública;
- Sintonia entre Ordem de Serviço e desapropriações;
- Obrigatoriedade de relação contendo o nome de todos os sócios da empresa;
- Normas para celebração de convênios;
- Transferências em caráter emergencial aos municípios atingidos pela estiagem;
- Celebração de convênio para transferência de recursos financeiros do Estado;
- Proibição da dispensa dos ACTs durante a pandemia;
- Indenização aos Policiais e Bombeiros Militares do Estado potencialmente expostos ao COVID-19;
- Instituição do trabalho remoto;
- Alteração do Plano de Carreira da Polícia Civil.

# ORIENTAÇÃO

## PARTICIPAÇÃO E PROPOSIÇÃO DE ATOS NORMATIVOS

- Decreto nº 525/2020 (e alterações posteriores), que dispõe sobre medidas para enfrentamento da pandemia, no que tange à concessão e prestação de contas de recursos antecipados e de prazos de providências administrativas e de tomada de contas especial.
- Elaboração de minuta de Decreto para a adequação das normas estaduais à Lei de Acesso à Informação.
- Atualização do Decreto nº 899/2020 (Decreto Anticorrupção) a fim de conferir segurança jurídica às decisões proferidas nos PARs, bem como de convergir o trabalho estadual de combate à corrupção com as melhores práticas exercidas no país.
- Elaboração da minuta de Decreto que dispõe sobre a regulamentação das atividades de Ouvidoria, em substituição ao Decreto nº 1.027/2008.

# CAPACITAÇÃO

7

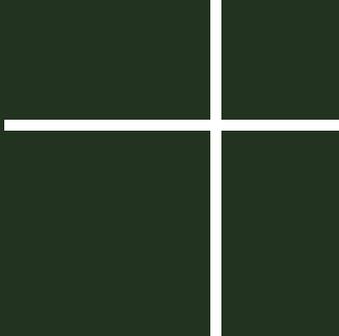
## CAPACITAÇÕES E EVENTOS PRÓPRIOS

### TEMAS ABORDADOS:

- Ouvidoria
- Acesso à Informação
- Sistema Transferências Voluntárias
- Lei de Abuso de Autoridade
- Comissões Disciplinares
- Juízo de admissibilidade no PAD e no PAR
- Transparência e Controle Social
- Combate à Corrupção

2.750

PESSOAS ALCANÇADAS VIA YOUTUBE E  
FERRAMENTAS DE VIDEOCONFERÊNCIA



# CGE

CONTROLADORIA-GERAL DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA



[www.cge.sc.gov.br](http://www.cge.sc.gov.br)



[facebook.com/cgesc](https://facebook.com/cgesc)



[@cgesc](https://instagram.com/cgesc)